

Traduzir G. Lukács, hoje

SERGIO LESSA

Sergio Lessa é professor aposentado do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Alagoas.

E-mail: lessa.sergio@yandex.com

Com a publicação da segunda edição da tradução de *Para uma ontologia do ser social* e dos *Prolegômenos*, pelo Coletivo Veredas, em 2025, encerra-se um projeto iniciado em 2014. O projeto visava, a cada quatro anos, uma nova versão da tradução até o ano de 2029. Não tínhamos ideia, naquele momento, do quanto o andar do tempo e o peso da idade iriam diminuir nossa capacidade intelectual e de trabalho. Ao final da revisão da tradução para a segunda edição, era evidente que nem mais forças intelectuais, além das forças meramente físicas, tínhamos para iniciar uma nova revisão a ser publicada em 2028 ou 2029. Esta tarefa, uma nova revisão da tradução, fica para a próxima geração, com promessas de avanços significativos, principalmente advindos da experiência da tradução da grande *Estética* de Lukács, a ser publicada proximamente.

É neste contexto que redijo este texto, solicitado pelo *Anuário Lukács*, acerca desta experiência. Espero que possa servir aos que se aventurarem (pois tem algo de uma grande aventura, além de tudo) na tradução de textos clássicos, mais especialmente dos textos de maturidade de G. Lukács.

Questões de fundo

Vivemos momentos delicados da tradução dos textos lukacsianos em nosso país (e, ainda que não pretenda entrar nesta seara, também dos textos de Marx e Engels). Em primeiro lugar, porque vivemos momentos muito agudos do fenômeno que Lukács tratou em “Marx e o problema da decadência” (Lukács, 1979). A tese central, que retira de Marx, é que “a mais

européia de todas as revoluções”, a de 1848, marcou a passagem definitiva e irrevogável da burguesia, antes revolucionária, ao campo da contrarrevolução.

Esta passagem teve, como uma de suas consequências, a inversão da relação da concepção de mundo burguesa com a realidade. Se antes era preciso desvendar a essência do mundo para transformá-lo, agora, após 1848, trata-se de velar a sua essência, falsificar suas determinações mais decisivas, de tal modo a justificar a permanência da ordem do capital e deslegitimar as propostas revolucionárias. Daí as tendências irracionalistas que se intensificaram desde então, daí o pós-modernismo das décadas mais recentes, daí as ideologias políticas conservadoras que vemos brotar cotidianamente em nosso entorno.

A concepção de mundo burguesa entrou, então, em decadência: a história, quando não é brutalmente falsificada, é deixada de lado. A ciência da história não passaria, segundo os nossos positivistas e “aparentados”, de discursos e “grandes narrativas” povoados por crenças e mitos. Para esta concepção de mundo, a objetividade do mundo é perdida, tanto como reflexo na consciência do mundo realmente existente, quanto como objeto da ciência e da filosofia. Todo universo cultural burguês entra em decadência, pela mesma tendência histórica que coloca em decadência a civilização burguesa.

O ocaso da civilização burguesa é também o ocaso de sua concepção de mundo, de sua ideologia.

Como partícipe desta decadência universal da humanidade contemporânea, há um processo particular com forte impacto na tradução dos textos que aqui tratamos: a decadência do movimento comunista, do movimento revolucionário de uma maneira geral. As causas e os processos dessa decadência são vários e complexos. É mesmo possível que apenas tenhamos plena clareza, tanto das suas causas quanto das suas mediações, ao se iniciar um novo ciclo revolucionário. Hoje, após quase oito décadas do encerramento do último grande ciclo revolucionário (iniciado em 1917 e terminado em 1949, com a vitória da Revolução Chinesa), após tantas décadas seguidas sem uma grande revolução que afete os alicerces do capital, a vitória da burguesia sobre o proletariado assume a estatura de um acontecimento irreversível: as revoluções seriam coisa do passado, não restaria à humanidade senão tentar sobreviver às misérias da ordem burguesa.

Os partidos que se afirmam revolucionários, nesta involução, mostram-se incapazes de qualquer atividade teórica digna do nome. Financiados em sua enorme parte pelo Estado, converteram-se em partícipes do Partido da Ordem (Marx, em *O 18 Brumário*). São hoje a esquerda da direita, a esquerda do capital. É impressionante o quão nulos conseguem ser ideologicamente, não apesar, mas justamente por serem financiados pelos milhões que o Estado

lhes dedica. Do ponto de vista da luta ideológica, apenas contribuem na manutenção do predomínio das concepções que são caudatárias do capital: nada mais que as inócuas disputas eleitorais.

Esta involução das forças, que deveriam ser antípodas ao capital, interfere no problema das traduções de Lukács (de Marx e Engels, também), em primeiro lugar, porque os partidos revolucionários deixaram de ser o local em que intelectuais revolucionários podem surgir e se desenvolver. Deixaram de ser ambientes nos quais a busca pela essência do mundo impulsiona o melhor da filosofia e da ciência e se transformaram em coveiros da teoria revolucionária. Seus intelectuais se converteram no oposto de verdadeiros cientistas e filósofos, reduziram-se a *apparatchiks*, serviçais burocratas de partidos integrantes da ordem do capital. Não é mero acaso que tradutores como Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder (este último, um talento especial como tradutor) não mais surjam em nossos dias. Que tradutores de Marx como Regis Barbosa e Flávio R. Kothe (cuja tradução de *O Capital* permanece, décadas após, a melhor entre nós), ou que intelectuais como José Paulo Netto, Maurício Tragtenberg e Jacob Gorender (para não mencionar Caio Prado Jr. e Werneck Sodrê), não mais possam surgir em nossos dias. A decadência do movimento comunista joga, nesta nossa questão, um peso ponderável.

15

A involução das forças revolucionárias teve, ainda, um segundo impacto: aquilo que Lukács denomina de “complexos ideológicos puros”, “ideologias puras” (a estética, a ética e a filosofia, predominantemente) deixaram de ser um horizonte do combate revolucionário às ideologias burguesas. Estas ficaram livres, desimpedidas, para se desenvolver e penetrar em todos os rincões da vida humana em que as ideologias cumprem alguma função. Ao se restringirem ao mero combate eleitoral e à mera defesa, contra os conservadores, da qualidade burguesa da democracia, seus intelectuais rebaixaram-se a pobres marqueteiros eleitorais e suas “políticas culturais” passaram a ser essencialmente moldadas pelas concepções éticas, filosófico-ontológicas e estéticas burguesas.

A decadência ideológica da burguesia, a decadência ideológica dos comunistas, a institucionalização burguesa dos antigos partidos revolucionários e o rebaixamento cultural e ideológico do movimento comunista: estes, a nosso ver, estão entre os fatores principais que moldam e articulam as dificuldades para se traduzir os textos de maturidade de Lukács em nossos dias (e por extensão, ainda que não sem mediações, também os de Marx e Engels). Estes fatores também fazem parte do fundamento para que não mais contemos, no plano editorial, com um Caio Graco ou um Ênio Silveira, nem com editoras do porte ideológico-cultural das antigas Brasiliense e Civilização Brasileira. São estes fatores mais significativos que atuam no

rebaixamento dos tradutores (entre os quais nos incluímos) e na queda de qualidade das traduções dos autores mencionados.

O peso do mercado

Mencionamos que, sem a oposição ideológica por parte dos revolucionários, a burguesia e seus ideólogos ficaram desimpedidos para desenvolverem suas concepções de mundo. Nestas, desnecessário sequer apontar, são infundáveis (literalmente) os elogios ao mercado e aos seus ilusórios poderes de, racionalmente, ordenar a vida humana.

O mercado passou a ter um peso muito maior e muito mais decisivo nas traduções contemporâneas do que no passado. Não que, então, o capital e o mercado não tivessem peso. Tinham, certamente. Mas eram, de forma importante, confrontados pelas concepções revolucionárias: concedia-se muito menos que hoje. A luta ideológica pela defesa da concepção de mundo revolucionária – na política cotidiana, mas principalmente no campo das artes, da filosofia, da ética e da ciência – oferecia um importante contraponto às demandas do mercado.

Nas universidades, nos órgãos de imprensa e nas editoras, ao lado de intelectuais conservadores, muitos abertamente de direita, havia um acervo revolucionário de intelectuais, jornalistas, cientistas e militantes políticos que dava forma e conteúdo a um confronto ideológico (no sentido amplo e restrito do último Lukács) com peso na luta de classes e que, ao mesmo tempo, constituía um ambiente intelectual propício à formação de novos intelectuais revolucionários. O mercado é o horizonte impossível de ser superado, a não ser pelo comunismo. Impunha-se com sua peculiar força e resiliência. Contudo, tal imposição era confrontada por critérios ideológicos e por produções intelectuais revolucionárias: não vigorava inconteste.

À esta produção editorial e intelectual correspondia, ainda, uma camada significativa de intelectuais e militantes que era leitora, buscava tais elaborações, debates, investigações, etc.: a destruição desta *intelligentsia*, que já se iniciara no pós-guerra, ainda não chegara ao patamar das últimas poucas décadas. A resistência de corte revolucionário correspondia ao interesse e à concepção de mundo de uma significativa camada social – distante, claro está, do proletariado e demais trabalhadores, tal como é devido em uma sociedade de classes, mas nem por isso desimportante.

Chegados os anos de 1980-1990, este panorama se alterou rapidamente. O aprofundamento da crise estrutural do capital (como indica Mészáros) acelerou a decadência ideológica da burguesia. Na sociedade, o que restara de resistência às ideologias burguesas

perdeu potência em ritmo quase diário. Nas universidades, o “pacto da mediocridade”, já denunciado por Maurício Tragtenberg, na década de 1970 (Tragtenberg, 1979), nutriu-se do pós-modernismo em ascensão e impôs os critérios produtivistas que o *Currículo Lattes* expressa com fidelidade. Na imprensa, Newton Carlos foi substituído por um Demétrio Magnoli, e Jânio de Freitas descartado. Os jornais diários e as revistas (que saudades da finada *Revista Civilização Brasileira*) rebaixaram-se ao nível do que é culturalmente consumido por uma sociedade crescentemente individualista, crente em mitos e forças misteriosas e marcada por uma concepção de mundo expressivamente irracionalista. A *Brasiliense* desapareceu, a *Civilização Brasileira* perdeu suas melhores qualidades.

As traduções de Lukács (e de Marx e Engels, por tabela) padecem com estas transformações.

Nós, os tradutores

Indo do singular ao universal (não necessariamente, do mais ao menos predominante), a formação dos tradutores passa a ser marcada por uma educação acadêmica, puramente universitária, em um contexto em que a decadência das Universidades não pode sequer ser colocada em questão. Por se tratar de Lukács (com mediações, também Marx e Engels), a formação histórica e filosófica é da maior importância. A decadência do ensino universitário priva os futuros tradutores do conhecimento e da formação intelectual imprescindíveis. Isto é ainda mais grave, porque o estimulante ambiente intelectual da esquerda revolucionária está, neste mesmo momento, desaparecendo. A decadência intelectual da burguesia converteu-se na decadência cultural e ideológica dos tradutores.

(Para não deixar dúvidas: o autor deste texto se insere sem reservas nesta tendência de decadência: não tenho dúvidas da distância existente entre a formação de um José Paulo Netto, Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho, José Chasin e Maurício Tragtenberg – para ficar apenas com aqueles que tive algum contato pessoal – e a minha formação pessoal.)

Reduzidos aos critérios rebaixados da academia e espremidos feito limões pelos critérios produtivistas, incorporam-se os rebaixamentos cultural e ideológico como inevitáveis. Interiorizam-se critérios marcados pelos fundamentos burgueses da filosofia, da ética, da ciência e pelos critérios produtivistas emanados de órgãos como a CAPES, o CNPq e a FAPESP. A apropriação da história do desenvolvimento filosófico, científico, etc., raramente vai além de alguns poucos manuais, aqueles que são os mais simples e fáceis de serem lidos e, portanto, na enorme maioria das vezes, os maiores vulgarizadores e falsificadores desta história.

Émile Bréhier perde espaço para Marilena Chauí e não poucos colunistas de jornais, ou *influencers* do Youtube, são elevados à filósofos e pensadores, quando não a “quadros” revolucionários.

Que me seja permitido um exemplo, para servir de alguma referência.

No final dos anos de 1980, participei de uma das reuniões anuais da ANPOF. Um encontro de Cirne Lima, um dos maiores hegelianos que o Brasil já possuiu, com estudantes de pós-graduação que tratavam de Hegel. Eu havia feito um TCC sobre o capítulo de Hegel na *Ontologia* de Lukács e Chasin, um dos organizadores daquele encontro, conseguiu minha participação. Éramos uns vinte estudantes, jovens, e um pesquisador da velha e respeitável guarda. Cada um, por solicitação do Cirne Lima, expôs o seu objeto de estudo. O professor escutou a todos nós com respeito e atenção. Ao terminarmos, ele ficou uns minutos pensativo. Não comentou nenhum projeto em particular, mas iniciou sua fala dizendo que nossos objetos eram centrados, não no que Hegel havia escrito e pensado, mas no efeito que a obra hegeliana havia tido sobre cada um de nós. Os objetos falavam mais da nossa relação com Hegel, do que do conteúdo em-si do pensamento hegeliano. No fundo, dizia ele, os objetos eram nós próprios: como nós liamos Hegel, como o pensador alemão havia nos impactado. O que estava, argumentava ele, há anos-luz de distância de estudos e investigações acerca de Hegel. O individualismo, o idealismo e, mais adiante um pouco, o identitarismo, marcas decisivas do pós-modernismo, já faziam sua entrada triunfal no reinado da filosofia acadêmica no Brasil. Não é mero acaso que, ainda hoje, o melhor, de fato excepcional, resultado das traduções de Hegel no país seja a da *Fenomenologia do Espírito*, por Paulo Meneses e José Nogueira Machado, saída da escola mineira de Padre Vaz, nada pós-moderna.

18

As faculdades de filosofia abandonaram as “grandes narrativas” e se adaptaram aos ventos pós-modernos, individualistas e com frequentes tinturas irracionalistas. Nos cursos de ciências humanas, a história do pensamento foi convertida em “pequenas narrativas” de eventos singulares. A história da filosofia antiga é substituída pelo estudo pontual de alguns dos poemas de Hesíodo; a filosofia medieval é reduzida a algumas poucas (e, nas versões contemporâneas, empobrecidas) discussões de corte linguístico envolvendo a “querela dos universais”; a filosofia moderna não vai além de um irresponsável e incongruente elogio do indivíduo burguês e de seu peculiar individualismo. A filosofia contemporânea é marcada pela enviesadamente conservadora crítica da totalidade como o conceito fundante do “totalitarismo”: Platão, Hegel, Marx, Stalin, Hitler e Lukács cabem todos no mesmo saco.

É neste universo acadêmico, é neste *Zeitgeist*, que ocorre a formação da geração contemporânea de tradutores de Lukács (e, por tabela, ainda que não sem mediações, de Marx

e Engels). A pobreza intelectual da geração de tradutores à qual pertencço é de tal ordem, que não é raro que sequer conheçamos o quanto somos ignorantes. Como não é raro entre os humanos, o desconhecimento tende a ser também terreno fértil para o desenvolvimento de personalidades arrogantes e indevidamente orgulhosas, individualistas e mesquinhas. Para o que ainda contribui, fortemente, a pequenez da vida acadêmica e o individualismo da existência burguesa.

Do ponto de vista das individualidades dos tradutores, conforma-se um ciclo vicioso que se autorreproduz de modo quase desimpedido: a vida acadêmica, partícipe da reprodução ampliada da ignorância marcada pela “decadência ideológica” da burguesia, promove e estimula intelectuais que confundem conteúdo com forma rebuscada ou “novidadesca”. Tais intelectuais, por sua vez, cumprem a função social de reproduzir e reforçar os fundamentos da concepção de mundo que estão na base, tanto das ideologias burguesas, quanto da vida acadêmica. Ao fazê-lo, tal círculo vicioso resulta em traduções que deixam a desejar, frequentemente marcadas pelo ecletismo e pela pulsão ao “novidadesco”.

As individualidades estão expostas e fragilizadas ante a ofensiva ideológica burguesa: mesmo que pessoalmente não desejem, curvam-se aos ditames do mercado e do culto à novidade a tal ponto que, não raramente, avaliam, um e outro como positivos – se não no todo, “ao menos em parte”.

19

O ofício de tradutor

Recentemente, uma manifestação de tradutores tornou público o que era de conhecimento generalizado. As condições de trabalho, a remuneração e as modalidades de exploração de suas forças de trabalho, não apenas são inumanas, não apenas pressionam para baixo a qualidade das traduções, como ainda garantem elevados lucros às casas editoriais. O quão cruéis podem ser os editores ante os tradutores é mensurável se enxergarmos ser o primeiro uma personificação do capital que apenas pode se relacionar com o tradutor como uma fonte de lucros. Quem trabalhou em uma editora comercial, já provou deste fel.

As traduções de Lukács (e, por tabela, de Marx e Engels) padecem do mesmo ambiente. Tradutores mal preparados são obrigados a produzir em prazos e condições que inviabilizam uma tradução de melhor qualidade. Não apenas os dicionários eletrônicos tendem a substituir dicionários impressos e de muito melhor qualidade, como ainda programas de tradução fazem suas presenças cada vez mais constantes. Pressionados pela baixa remuneração e pela exiguidade de tempo, estas são alternativas que se impõem – ao mesmo tempo, o rebaixamento

cultural e ideológico das individualidades dos tradutores os torna incapazes de perceber o quão rebaixadas (cultural e ideologicamente) terminam sendo as traduções que realizam.

Casas editoriais dirigidas por editores cuja formação cultural e ideológica é das mais precárias (como *il fault* em nossos dias) e nas quais a busca do lucro impõe o predomínio do mercado em um grau inédito, não fazem mais do que elogiar e estimular tais tradutores. Procuram, deste modo, valorizar o “produto” (de fato, a mercadoria) “cultural” que “oferecem ao mercado”. De modo hoje quase imperceptível, pois de tão comum foi incorporado à vida cotidiana de modo quase inconsciente, o mercado passa a ser o critério de uma boa tradução e de um bom tradutor: deu lucro? Este é o critério por trás de todos os critérios, o critério dos critérios.

Quando da tradução de textos clássicos, muitos dos quais já contam com décadas (senão séculos) de interpretações e traduções, é comum estarem tais obras envoltas em polêmicas que não raramente se alongam pelo tempo, algumas vezes submergindo para retornar logo mais adiante. Esta trajetória faz parte da riqueza destas obras, faz parte da apropriação das mesmas pela humanidade. A decadência ideológico-cultural que marca a evolução dos editores e tradutores resulta, quase como uma lei universal, no menosprezo, quando não no abandono, da existência pregressa do texto – abandono que, com frequência, articula-se com o elogio leviano da novidade e com a crítica da ortodoxia como se fosse sinônimo de dogmatismo.

Sendo muito breve, como o Universo, a totalidade do existente (na linguagem filosófica, o “ser”) é único, é um só, a unitariedade última de tudo o que existe (a unitariedade ontológica última, em termos filosóficos precisos) requer que qualquer reflexo do mundo objetivo na consciência possua fundamentos que sejam também unitários, isto é, compatíveis, coerentes, entre si. Como tudo o que existe é um processo histórico, as determinações universais de toda processualidade (essência, fenômeno, continuidade, rupturas, contradições, identidades, etc., etc.), considerando-se as peculiaridades de cada objeto investigado, devem também estar presentes em seu reflexo na consciência. Isto vale, mudando o que deve ser mudado, para todo conhecimento, seja científico, filosófico ou estético.

A ortodoxia diz respeito à coerência, compatibilidade, dos fundamentos de uma teoria. É, do ponto de vista metodológico, uma exigência insuperável, incluível: um reflexo na consciência do mundo objetivo, cujos fundamentos sejam entre si incompatíveis, não pode ser, e não será, um conhecimento correto (“correto” no sentido de ser adequado às ações em pauta). A busca da ortodoxia é decisiva: o que torna Aristóteles, Hegel, Marx e Engels, etc., os grandes pensadores que foram é, em importante medida, a coerência nas suas concepções de mundo. Ou seja, a ortodoxia que marca seus pensamentos. Claro está: desnecessário relembrar que

apenas a ortodoxia não é o único critério da veracidade de uma teoria ou hipótese. Decisiva é sua maior ou menor proximidade ao ser-precisamente-assim existente. Contudo, sem fundamentos que sejam coerentes, que se articulem em um todo orgânico, não há teoria que possa ser verdadeira.

O dogmatismo é algo distinto, nada tem a ver com a ortodoxia. O dogmatismo é a dedução do mundo real, do ser-precisamente-assim existente, a partir de pressupostos lógicos ou teóricos que expressam, antes necessidades teóricas ou ideológicas de seus autores, do que determinações do mundo objetivo (Tonet, 2007). Em se tratando das traduções de Lukács (e, novamente, com mediações, de Marx e Engels), o dogmatismo do “marxismo vulgar” (expressão filosófica não apenas do stalinismo) fez gigantescos estragos. Não cabe aqui, nem expor o rosário de incongruências e deformações que tais traduções introduziram na formação de gerações de militantes e revolucionários, nem o quanto forneceram de munições para os ideólogos da burguesia refutarem – quando não ridicularizarem – o que se passava por marxismo. Os danos à teoria revolucionária, ao seu desenvolvimento, e o quanto o dogmatismo no marxismo vulgar favoreceu as ideologias burguesas em suas muitas vertentes, é algo impossível de ser superestimado e ocupa lugar de destaque na reprodução ampliada da ignorância que marca, tanto a decadência ideológica da burguesia, quanto a crise do movimento comunista.

21

O que agora nos interessa é que, não raramente, o dogmatismo é, também, eclético: seus fundamentos tendem a ser incompatíveis entre si. Apenas um exemplo do núcleo duro do stalinismo: o socialismo seria o futuro inevitável da sociedade, impulsionado pelo desenvolvimento puramente objetivo e incontestável das forças produtivas em direção ao comunismo. Ao mesmo tempo, afirmava ser a militância dos revolucionários o verdadeiro motor da história: a revolução sairia da práxis revolucionária. Brota aos olhos que tal voluntarismo contradiz o seu palmar economicismo: se o desenvolvimento objetivo das forças produtivas impõe a inevitabilidade do futuro socialista da humanidade, qual a necessidade da práxis revolucionária?

O quanto é débil este abandono da ortodoxia pode ser mensurado pelo fato de terminar, juntamente com o dogmatismo que pretende combater, na vala comum do ecletismo. Ao seu modo, por vias próprias, tal abandono da ortodoxia tem consequências metodológicas perversas: entre outras, sua crítica ao dogmatismo se revela por demais débil frente às necessidades ideológicas dos nossos dias.

É assim que, também nas traduções de Lukács (e, com as devidas mediações, de Marx e Engels), um espírito eclético passa a ser valorizado em detrimento de toda “ortodoxia”. Joga-

se fora o bebê com a água do banho. O combate ao dogmatismo, ato decisivo na recuperação do pensamento revolucionário de Marx e Engels (a obra de Lukács, por exemplo), passa a flertar com o ecletismo, o qual, não surpreendentemente, recebe calorosa acolhida nos meios acadêmicos (os quais, lembremos, na decadência dos partidos revolucionários, convertem-se nos ambientes de formação intelectual e cultural dos tradutores).

Das mais importantes editoras, aos mais significativos órgãos de imprensa, o ecletismo eleva-se a um fundamento metodológico indisputável. Contra a ortodoxia (identificada ao dogmatismo), o ecletismo. No *Zeitgeist* da esquerda institucionalizada, com maior intensidade depois do colapso da União Soviética, ecletismo passa a ser identificado com “renovação do marxismo”. A incorporação ilimitada dos fundamentos do liberalismo torna-se ato de fé.

As traduções de Lukács (e Marx e Engels) passaram a se nutrir deste espírito do tempo.

Engels e a Navalha de Occam

A decadência ideológica da burguesia, o naufrágio cultural e ideológico das universidades, o encerramento do período em que os partidos revolucionários cumpriam a função de contraponto à ideologia do capital e serviam à formação cultural dos tradutores, por um lado. Por outro lado, a decadência das individualidades dos tradutores, marcados – em tempos de pós-modernismo e reestruturação produtiva (para ser telegráfico) – não apenas por uma formação cultural/ideológica deprimida, como ainda por um individualismo e uma arrogância estimulados tanto pela ignorância, quanto pelo crescente peso do individualismo na academia e na sociedade em geral: estas são as mediações mais significativas que contribuem para que um certo e peculiar culto à novidade se insira nas traduções de Lukács (e de Marx e Engels).

Mencionamos acima como estas tendências, ao se potencializarem mutuamente, aumentam também o peso e a interferência do mercado nas traduções e nas casas editoriais. Em se tratando das traduções de Lukács (mas, também, de Marx e Engels), a confluência do aumento do peso dos critérios mercadológicos com as tendências delineadas no parágrafo acima, geram, entre outras coisas (p. ex., uma sobrevalorização da qualidade estética das capas, da diagramação, da escolha das fontes e assim por diante), um culto ao novidadesco que não conhecíamos até bem recentemente.

William de Occam (1287-1347), um dos grandes pensadores medievais, sistematizou alguns princípios metodológicos que, desde então, mostraram-se imprescindíveis ao

desenvolvimento, não apenas da teologia (seu objeto primeiro), mas também da ciência e da filosofia.

O primeiro princípio, nada mais do que pura sensatez, postula que, entre duas proposições de igual conteúdo, a preferível é a mais simples. O segundo: novas formulações e conceitos devem substituir os já estabelecidos apenas após terem sido demonstradas suas superioridades sobre os antigos. O terceiro afirma que não se deve multiplicar “entidades” (no caso da ciência e da filosofia, conceitos) desnecessariamente.

No século XIX, ao criticar duramente a primeira iniciativa de tradução de *O capital* para o inglês, Engels observou que “termos técnicos devem ser sempre traduzidos da mesma forma” (Engels, 1895). Uma retomada da Navalha de Occam: não multiplicar conceitos desnecessariamente. Ao se traduzir o mesmo “termo técnico” (digamos, *Weltanschauung*, concepção de mundo) de várias e diversificadas maneiras (visão de mundo, concepção de mundo, imagem de mundo, etc.), multiplicam-se as “entidades”. Ou seja, um mesmo termo técnico é traduzido de diversas formas, o que induz a se imaginar haver diversas e distintas categorias ou conceitos, quando não passam de um único no texto original. Os exemplos são muitos.

23

As tendências acima indicadas, que impulsionam a decadência, tanto da civilização burguesa, quanto dos tradutores e das casas editoriais, fazem com que tais princípios sejam, com frequência assustadora, violados. O culto ao novidadesco encontra um ambiente acolhedor, favorável ao seu desenvolvimento. A mediação mais frequente nestes casos, em se tratando da tradução dos textos de maturidade de Lukács, é a busca de novas alternativas para conceitos cujas traduções, muitas vezes estabelecidas há décadas, não se revelaram imprecisas ou impróprias na transmissão do conteúdo da língua original ao português. Discutimos vários exemplos na “Nota da tradução”, constante do *Aparato Crítico* (Lessa, 2024c). Retomaremos aqui apenas dois exemplos.

O primeiro se refere à *Aufhebung*, presente tanto em Hegel como em todos os clássicos do marxismo. Em Hegel, seu conteúdo expressa a passagem do período em que a história se movia por contradições, para o período da consciência absoluta, em que a humanidade passa a mover-se pela interação complementar, não mais contraditória, de suas partes. Estado e indivíduo, universal e singular, egoísmo e altruísmo, etc., deixam de ser contraditórios e elevam-se a entidades complementares ao passarmos do Velho Regime à Sociedade Burguesa. O enorme salto, substantivo, entre as duas fases não cancela – antes acentua – os elementos de continuidades entre elas: a permanência do Estado, da propriedade privada, da desigualdade entre indivíduo e sociedade, da família monogâmica, etc. No contexto do pensamento

hegeliano, esta continuidade é ainda uma das características mais importantes de sua concepção teleológica da história.

Ao Marx e Lukács se apropriarem deste conceito (*Aufhebung*), alteraram o conteúdo original hegeliano. Criticaram e abandonaram a história como um processo teleológico. Contudo, ambos mantêm que a *Aufhebung* é o surgimento de uma nova e predominante essência, a qual apenas pode surgir mantendo continuidades com o passado.

Por muitas décadas, *Aufhebung* foi traduzida, em se tratando dos textos de Marx, Engels e Lukács, por superação. Esta tradução em nenhum momento se mostrou imprecisa, imprópria ou ser um obstáculo à correta compreensão do conteúdo de *Aufhebung* dos textos originais. Não existe sequer um texto que argumente ser desencaminhador verter ao português, o *Aufhebung* de Lukács (ou de Marx e Engels), por superação. Contudo, o culto ao novidadesco faz seu trabalho. Sem que se critique a tradução de *Aufhebung* por superação, sem que se demonstre sua superioridade, adota-se “suprassunção”. Em uma edição pela Boitempo dos *Manuscritos de 1844* de Marx, *Aufhebung* recebe tantas traduções distintas que, sem a consulta ao original em alemão, não se compreende Marx.

A justificativa para as novas traduções, quando referida, é que seria mais próxima do original, do alemão. Temos, aqui, um campo real de problemas e que envolve com frequência os tradutores.

Há conteúdos que são intraduzíveis, há nuances (em palavras e mesmo em expressões) que não são possíveis de serem traduzidas com inteira precisão. Não há, infelizmente, uma regra para se enfrentar esses casos: cada um demanda uma solução própria – que o tradutor, por recomendação geral, deve explicitar ao leitor. No caso de *Aufhebung*, em algumas passagens no original alemão, o acento é mais intenso nos traços de continuidade do que de superação, em outros, é o oposto. No português, estas nuances são corretas e exatamente expressas por superação. Qual estudioso de Marx, Engels ou Lukács, não compreende pela expressão “superação do feudalismo pelo capitalismo” um movimento de ruptura e continuidade entre os dois modos de produção? Ou que a expressão “a superação do Estado absolutista feudal pelo Estado burguês é uma obra da burguesia revolucionária” indica fortes elementos de continuidade entre os dois Estados, sem cancelar a superação de um pelo outro?

Não há nada que justifique o abandono de superação por suprassunção na tradução de *Aufhebung*. A consequência mais imediata desse abandono é uma confusão desnecessária. Para Marx e Engels, o capitalismo superou o feudalismo; para Lukács, o capitalismo teria suprassumido o feudalismo? Sem acesso ao original alemão, o leitor é induzido a crer na existência de uma distinção entre Marx, Engels e Lukács que, neste caso, absolutamente, não

existe. A situação é ainda mais séria quando, na mesma tradução, emprega-se em algumas passagens *suprassunção* e, em outras, *superação*. Multiplicam-se “entidades”, passa-se a trabalhar com dois conceitos (*suprassunção* e *superação*), quando há apenas um.

Nos manuscritos póstumos de Lukács, nada similar pode ser encontrado. A distinção entre *superação* e *suprassunção* só existe na compreensão que o tradutor possui do texto, não está presente no texto enquanto tal. Aqui, uma terceira consequência do culto ao *novidadesco*: abre um campo indevido de interferências da compreensão do tradutor sobre o texto traduzido.

Este, o texto traduzido, passa a sofrer a influência, de modo indevido, pois evitável, das concepções de quem o traduz. O leitor passa a ter acesso a um texto que se afasta do conteúdo original na mesma medida em que expressa as concepções do tradutor. O que se torna ainda mais grave se levarmos em consideração a decadência cultural-ideológica que hoje também atinge nós, tradutores e editores.

Ao invés de aumentar a precisão, o “*novidadesco*” torna a tradução mais imprecisa, induzindo o leitor a uma incorreta compreensão do texto original. Conta, contudo, com uma enorme vantagem para o *Zeitgeist* contemporâneo: é uma novidade!

O argumento a favor do “*novidadesco*” nas traduções (repito: na enorme maioria das vezes) centra-se em que haveria uma forma no português mais próxima do original alemão. Que este é um elemento importante, mesmo decisivo, em toda tradução, não queremos de modo algum questionar. Contudo, o traduzir deve verter o conteúdo do texto original ao conteúdo de outra língua: como se expressa o conteúdo no alemão original, deve ser vertido no que expressa o mesmo conteúdo no português. Já discutimos em várias oportunidades os problemas de se traduzir *Entfremdung* por “*estranhamento*” – não repetiremos aqui os argumentos. Este conceito expressa, em Marx, Engels e Lukács, o complexo processo da desumanidade socialmente posta. No português, este conteúdo é expresso por “*alienação*”, tal como no alemão é expresso por *Entfremdung*.

Qual a razão de preferir “*estranhamento*”? Argumenta-se: porque seria mais próximo ao original alemão. O quanto é débil este argumento se evidencia na tradução de *Entäusserung* por “*alienação*”. Como é conhecido, as edições que optam pela tradução de *Entfremdung* por “*estranhamento*”, com frequência traduzem *Entäusserung* por “*alienação*”. Jamais fomos esclarecidos do porquê de a maior proximidade formal ao alemão deve ser empregada ao se traduzir *Entfremdung* por “*estranhamento*”, mas deve ser preterida ao se verter *Entäusserung* por “*alienação*”, quando “*exteriorização*” é uma tradução quase literal.

Talvez o caso mais elucidativo do descaminho causado pelo culto ao “*novidadesco*” seja a tradução de *Spiegelung* e *Wiederspiegelung* por “*espelhamento*”, abandonando o já

tradicional e estabelecido “reflexo”. Reflexo, em português, dá conta, com elevado sucesso, da tradução de ambos os termos no alemão para o português. O conteúdo que os alemães expressam em duas palavras, no português, é expresso em apenas uma. Trata-se, como é sobejamente conhecido, da relação de conhecimento que se estabelece entre a consciência e a objetividade do mundo.

Que a existência determina a consciência, na concepção de Marx e Engels (inteiramente apropriada pelo último Lukács, ainda que não em suas obras iniciais), é indiscutível. Não menos inquestionável é que o acesso da consciência às determinações do mundo objetivo é um processo complexo, que envolve complicadas operações gnosiológicas e não poucas generalizações. Esta atividade da consciência – por último fundada pelo trabalho – é o reflexo, ou atividade de reflexão. Enquanto atividade da consciência, ela é tudo menos um ato similar ao do espelho. Sobre este equívoco (tomar o reflexo por um espelhamento) Lukács, depois de Marx e Engels, argumentou exaustivamente em várias de suas principais obras (entre outras razões, porque esta concepção do reflexo como espelhamento é uma das marcas do marxismo vulgar, do stalinismo).

Apesar de tudo isso, há alguns anos, e em algumas traduções, opta-se por traduzir *Spiegelung* e *Wiederspiegelung* por “espelhamento”. Uma opção apenas aceitável no universo ideológico em que o culto ao novidadesco se complementa por uma necessidade de apresentar a mercadoria como uma novidade para potencializar sua “vendabilidade”. Ao que tudo indica, esta opção adotada pela tradução dos manuscritos póstumos de Lukács pela Boitempo, foi abandonada na tradução da *Estética* de Lukács, na mesma casa editorial. Caso eu tenha compreendido corretamente, esta correção de rumos teria ocorrido pelo fato de que Lenin teria uma “teoria do reflexo” e não uma teoria do espelhamento. Poder-se-ia questionar a validade deste argumento, o que não faremos. Contudo, não há também uma teoria leniniana do “estranhamento”, mas da alienação. Não há uma teoria leniniana da suprassunção, mas sim da superação. Não me consta uma teoria leniniana do mais-valor, mas sim da mais-valia. Resta a esperança de que, ainda que por esta via transversa, abra-se o caminho para uma revisão de boa parte do novidadesco em algumas das edições recentes de Marx, Engels e dos textos lukácsianos. O futuro dirá até onde pode caminhar o bom senso, em nossos dias.

Não é preciso muito para, apenas a partir destes poucos exemplos, percebermos o quanto a Navalha de Occam e também a sensata indicação de Engels (os termos técnicos “deve-se sempre se traduzir da mesma forma”) são deixados de lado, impulsionados pelas decadências ideológica e cultural de nós, tradutores e editores, bem como pela pulsão ao novidadesco que as acompanha.

*

A afirmação da importância metodológica, tanto da Navalha de Occam, quanto da ortodoxia, não significa que não haja inúmeros problemas e questões, em especial na tradução dos textos dos manuscritos póstumos de Lukács, ainda à espera de melhores soluções. Na “Nota da tradução”, presente no *Aparato Crítico*, da edição de 2024, da *Ontologia* e dos *Prolegômenos* pelo Coletivo Veredas, listamos todos os problemas que conseguimos localizar e indicamos as razões que nos levaram às alternativas que adotamos. Não é preciso nos repetirmos. Em não poucos casos, fomos obrigados a deixar entre parênteses o termo alemão para indicar ao leitor com precisão o conteúdo de que se tratava.

As duas traduções, ora em andamento, da *Estética*, trarão novas possibilidades e novas questões para a tradução de não poucas passagens, tanto da *Ontologia* quanto dos *Prolegômenos*. Por tudo isso, acrescido das investigações em andamento da obra do filósofo húngaro, uma nova revisão da tradução pelo Coletivo Veredas dos manuscritos póstumos de Lukács se tornará necessária, esperamos, em futuro não distante.

As condições de trabalho do tradutor

27

O atual conjunto de circunstâncias que envolve as traduções dos textos de Lukács da maturidade (e de outros clássicos, incluso os de Marx e Engels) torna, na enorme maioria das vezes, as relações de trabalho propiciadas pelo mercado editorial um fator a mais no rebaixamento da qualidade das traduções.

Iniciando pelos tradutores, estamos nós constituídos por uma substância individual que carrega o peso e a determinação da decadência ideológica da burguesia e da reprodução ampliada da ignorância que marca nossas décadas. A nossa formação intelectual e ideológica está muito distante daquela imprescindível para uma compreensão aprofundada e, portanto, uma tradução eficiente dos clássicos. Nossa formação, exclusivamente acadêmica, em um período em que a luta de classes se apresenta em patamares rebaixados, no qual a vitória do capital sobre o trabalho tem a aparência de ser para todo o sempre – sem podermos contar com uma expressiva resistência ideológico-cultural por parte dos revolucionários –, todos esses fatores contribuem para que nossas traduções tragam também as marcas desta decadência e do processo de ampliação da ignorância. Estamos muito distantes, enquanto tradutores, da qualidade da geração de um José Paulo Netto, Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Regis Barbosa e Flávio R. Kothe – para ficarmos com os mais reconhecidos tradutores de textos marxistas.

Isto significa, em primeiro lugar, que nossa menor qualidade enquanto tradutores impõe a necessidade de um tempo maior, do que no passado, para a maturação de nosso trabalho. Partimos – não de uma compreensão amadurecida da totalidade da obra – mas de uma aproximação a algumas de suas partes. Traduzimos um texto, cuja totalidade ainda não foi por nós apoderada intelectualmente. Na imensa maioria das vezes, nossa compreensão avança concomitantemente à tradução. Já que vamos conhecendo melhor o texto à medida que o traduzimos, uma alternativa que nos parece razoável nas primeiras páginas precisa, com frequência, ser inteiramente reformulada logo a seguir – pela simples razão de que não havíamos entendido o texto a contento. Outras vezes, passagens inteiras necessitam ser refeitas, pelos mesmos motivos. Isso torna necessárias revisões sobre revisões e faz com que as traduções necessitem de um tempo muito mais prolongado, que no passado, para amadurecerem. O tradutor necessita de condições de trabalho que possibilitem uma reflexão aprofundada do que traduz. Traduzir, na enorme maioria das vezes, converteu-se também em um processo de desenvolvimento intelectual e cultural do tradutor: a energia e o espaço de tempo necessários para se alcançar um patamar superior tornaram-se significativamente maiores.

28

Some-se a esta enorme dificuldade – impossível de ser exagerada, tal seu vulto – que, pelas razões já expostas (a pressão do novidadesco no mercado editorial, o “pacto da mediocridade” na vida acadêmica e o efeito sobre a formação e desenvolvimento intelectual e ideológico de nós, tradutores, da crise do movimento revolucionário), terminamos desguarnecidos ante o predomínio praticamente incontestado da concepção de mundo burguesa. Desenvolvemos habilidade peculiar em nos amoldarmos aos cânones, aos parâmetros, aos “paradigmas” das teorizações acadêmico-burguesas – muitos dos quais não vão além de promotores dos “quinze minutos de fama” de seus criadores. Os mais velhos se lembrarão do quão influente em traduções foram as teorizações de um Negri e Lazzarato sobre o “trabalho imaterial” (por exemplo, trabalho intelectual ou espiritual passou a ser traduzido por trabalho imaterial; a esfera ideológica se converteu em esfera imaterial; o ideológico converteu-se em imaterial e assim por diante). Para ficarmos apenas com um exemplo, de tantos possíveis.

É neste contexto, no “espírito” da “reestruturação produtiva”, que a pressão do mercado sobre as editoras – agora, com editores que padecem dos mesmos males que os tradutores – faz com que aumente a pressão por maior produtividade no traduzir. As condições de trabalho são rebaixadas, a exigência de maior “vendabilidade” das mercadorias aumenta a pressão pelo novidadesco e o ciclo infernal se realimenta: a reprodução ampliada da ignorância e a decadência ideológica da burguesia são potencializadas – e, por sua vez, fundam – o novo

patamar da relação editores/tradutores. Marcado, agora, esse patamar por uma exigência rebaixada de qualidade associada a uma produção em espaço de tempo mais limitado. Isto, justamente em um momento no qual o oposto seria imprescindível para traduções de um patamar elevado de qualidade.

Edições bilíngues e organizações autônomas

Não é um exagero, ainda que não seja expressão da totalidade do fenômeno, apontar que hoje, no mercado editorial nacional, há uma disputa entre um novidadesco léxico marxista – fortemente eclético – e uma resistência para se valorizar a ortodoxia e a Navalha de Occam imprescindíveis, entre outras coisas, às traduções de boa qualidade. Essa disputa, que envolve editoras e tradutores, é a expressão das tendências históricas mais gerais acima seguidamente apontadas: desde a decadência ideológica da burguesia até a reprodução ampliada da ignorância que lança seus tentáculos nas individualidades dos tradutores e editores. Com as devidas mediações, por último, é a expressão, em tempos de “crise estrutural” (como elucida Mészáros), da intensificação da incompatibilidade ontológica entre o real, não alienado, desenvolvimento científico/filosófico e o capital.

29

Some-se a estas circunstâncias, o fato acima apontado, de que a *intelligentsia* – que no passado não muito distante requeria e possibilitava um mercado editorial de melhor qualidade – está em franca decomposição e sendo substituída por consumidores deprimidos, tanto afetiva, quanto cultural e ideologicamente. Paulo Coelho e Lair Ribeiro são expressões desse fenômeno. Essa evolução tem um pesado impacto na sociedade, na vida universitária, na qualidade da formação que é ofertada aos alunos e, por extensão, no consumo de livros.

A resistência possível a estas tendências, capaz apenas de retardá-las (pois carece da potência social para revertê-las), requer não apenas um esforço concentrado por parte dos tradutores e editores, como ainda requer – em se tratando de obras clássicas – edições bilíngues. Por duas razões e um “efeito colateral”. A primeira, para possibilitar que o estudioso possa verificar, com a maior facilidade possível, as opções e a estratégia da tradução. Para que possa comparar as diversas edições e traduções disponíveis. Isto, por si só, potencializa a ação da Navalha de Occam bem como da recomendação de Engels de se traduzir sempre da mesma forma “os termos técnicos”. A segunda razão: evita que o leitor conte apenas com sua opinião pessoal na escolha entre as alternativas das distintas traduções, escolhas que estarão expressas na interpretação/opinião do leitor, se ele não contar com o acesso ao original. Por fim, a edição

bilíngue aproxima o leitor da língua em que o texto foi originalmente escrito – um colateral efeito pedagógico nada desprezível em nossos dias marcados pela decadência generalizada.

O exemplo da editora *Dietz Verlag*, da antiga RDA, na edição de *O Capital*, demonstra um outro aspecto a ser considerado nas edições dos clássicos. Quando há edições *standards* (isto é, edições universalmente reconhecidas como textos originais), o mais indicado é que se siga a paginação *standard*. Neste exemplo de *O Capital*, durante décadas, a editora o publicou com a mesma paginação. O quanto isto facilita o estudo e o trabalho do pesquisador é uma evidência para quem já se debruçou sobre traduções distintas de um mesmo texto. Edições bilíngues, de preferência com a paginação *standard*, são as que oferecem, hoje, a melhor capacidade de resistência à decadência que marca nossos dias.

Por fim, mas não por último, a tradição dos *Aparatos críticos* precisa ser revitalizada. Os *Aparatos* são volumes que auxiliam o leitor na apropriação da obra. Contém não apenas, quando é o caso, índices de assuntos, onomásticos, etc., textos que possam ser relevantes ao estudo da obra e a nota da tradução. Os índices (de assuntos, onomástico, etc.) em um volume distinto facilitam a vida do estudioso. A nota da tradução é da maior importância, pois situa o estudioso nas escolhas feitas pelo tradutor. Quase sempre oferece a visão do tradutor acerca das outras traduções; insere o leitor no debate em curso acerca da tradução do texto em questão. Deixa, também, pistas e indicações para as traduções futuras.

Desnecessário acrescentar que projetos de traduções adeptos destes parâmetros não encontram receptividade nas editoras comerciais. São, tais projetos, inviáveis às editoras comerciais. Não apenas pelos recursos envolvidos, mas também porque o culto ao novidadesco e o “pacto da mediocridade” neles não encontram guarida. Para a realização de tais projetos, a vida tem demonstrado ser imprescindível a organização dos intelectuais revolucionários por fora do mercado editorial e contra as suas tendências predominantes.

Em períodos contrarrevolucionários, como este em que vivemos, a ausência de movimentos de massa, o isolamento político dos revolucionários e o aumento da penetração da ideologia dominante, mesmo entre os trabalhadores, são alguns dos fatores que dificultam a realização de traduções dos clássicos nos parâmetros acima delineados. Concomitantemente, o desenvolvimento das forças produtivas (gráficas, computadores, programas de diagramação, etc.) torna relativamente barato a feitura de livros.

Por um lado, os obstáculos oriundos da situação histórica presente; por outro lado, as facilidades para a edição e publicação de livros: esta convergência de fatores favorece que alguns poucos indivíduos, autonomamente organizados, possam contribuir com a luta de classes com traduções de qualidade mais elevada. Se as experiências do Instituto Lukács e do

Coletivo Veredas indicam alguma coisa, é a real possibilidade de alargarmos as possibilidades para a realização de traduções mais maduras e de melhor qualidade desde que organizados autonomamente, com fundos próprios, e em larga medida, isentos da pressão ao novidadesco oriunda do mercado. Não queremos, com isso, sugerir que tais iniciativas não tenham problemas próprios, inerentes às realizações deste porte. Diagramação e revisão são as atividades que concentram as maiores dificuldades. A distribuição tem se revelado mais eficaz e menos problemática do que sugeriam os primeiros momentos. Tais dificuldades, contudo, não impedem que os tradutores conduzam seus trabalhos pelo tempo que for necessário, que as traduções tenham seu tempo de maturação respeitado. E já que tais publicações, ainda que vendidas, não requerem a reprodução do capital, seguidas versões da tradução de um mesmo texto podem ser publicadas, pois a perda do valor de troca das edições antigas não tem qualquer relevância. As traduções, então, podem ser processos que se alongam no tempo, amadurecem e podem absorver o que de melhor e mais profundo foi produzido. Como deveria ser toda tradução de clássicos.

Referências

31

- CHASIN, José (1995). Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica. In: TEIXEIRA, J. *Pensando com Marx – uma leitura crítico-comentada de O Capital*. São Paulo: Ensaio, 1995. p. [informar número da página ou páginas do posfácio].
- ENGELS, Friedrich (1985). How not to translate Marx. *The Commonwealth*, Londres, n. 10, nov.
- LESSA, Sérgio (1999). Em busca de um(a) pesquisador(a) interessado(a): ontologia e método em Lukács. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, n. 2.
- _____. (2011). Resenha: Prolegômenos para uma ontologia do ser social de G. Lukács. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 32.
- _____. (2011). *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. 2. ed. São Paulo: Cortez.
- _____. (2013). Lukács: o método e seu fundamento ontológico. In: MONTAÑO, Carlos; LUSTOSA, R. (org.). *Conhecimento e sociedade: ensaios marxistas*. São Paulo: Outras Expressões, 2013.
- _____. (2013). Resenha de: A crise do movimento comunista. *Crítica Marxista*, Campinas, SP, v. 20, n. 37, p. 183-185.
- _____. (2015). Alienação e estranhamento. Posfácio. In: MARX, Karl. *Cadernos de Paris e Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844*. Tradução de José Paulo Netto e Maria Antônia Pacheco. São Paulo: Expressão Popular.
- _____. (2016). *Mundo dos Homens*. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.
- _____. (2018). A tradução brasileira do Volume I de Para uma ontologia do ser social, de Lukács. *Crítica Marxista*, Campinas, v. 47, p. 193-207.
- _____. (2024). Nota da tradução. In: LUKÁCS, György. *Aparato Crítico/Prolegômenos/Para uma ontologia do ser social*. Maceió: Coletivo Veredas.

- LUKÁCS, György (1979). Marx e o problema da decadência ideológica. In: LUKÁCS, György. *Marxismo e teoria da literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- NETTO, José Paulo (2011). *Introdução ao estudo do método em Marx*. São Paulo: Expressão Popular.
- TONET, Ivo (2007). Pluralismo metodológico: um falso caminho. In: TONET, Ivo. *Democracia ou liberdade?* Maceió: EDUFAL.
- TRAGTENBERG, Maurício (1979). *A delinquência acadêmica*. São Paulo: Rumo Editora.